

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Comércio

Class.: 147

Data: 05.05.05

Pg.: 3

Documentos provam descaso

Ainda no dia seis de abril passado, a irmã agostiniana Cleuza Carolina Coelho, assinou um relatório onde fala da situação dos índios Apurinã. Na área da cidade de Pauini, "os índios Apurinã, num total de 700, distribuem-se por 29 seringais, de pretensos proprietários particulares e, principalmente, por terras pertencentes à Manasa, o maior latifúndio do Brasil, com 4.302.190 hectares".

A religiosa agostiniana, que há mais de cinco anos trabalhava junto aos Apurinã, que vivem no rio Purus, afirmava neste documento, que este povo, pertencente ao tronco linguístico Aruak, soma cerca de 1.500 pessoas.

"Mão de obra barata no sistema econômico de extrativismo, os índios passaram por diversos graus de aculturação, na sociedade nacional, cujas leis protegiam a ocupação, colonização, extermínio de grupos. Vítimas de verdadeiro atentado, as comunidades tribais tiveram seu sistema social e econômico invalidado, seus valores culturais e religiosos destruídos. No rio Purus, em nenhum momento da história de sua ocupação foi questionada a legitimidade do avanço da frente nacional, intensificado a partir de 1960, com o desenvolvimento extrativista da borracha. Hoje, Apurinã, Jmamadi, Jarawara, Kanamati, Banawá-Yari, Pawmari, Deni, envolvidos pelas empresas extrativistas, estão depauperados física, econômica e culturalmente. Os Zuruahá continuam isolados e arredios, na área do Riozinho. Grupos indígenas arredios existem, ainda, na cabeceira do Rio Branco, na cabeceira do Piranhas, na área do Cunioá, nas cabeceiras do Jacareúba, afluente do Mucum", escreveu ela.

A irmã agostiniana relata, ainda, que os índios do Purus ocupam, em parte, desde tempos primordiais, terras devolutas e cobiçadas. A grande parte encontra-se em seringais, cujos

"donos" conseguiram registrar os imóveis. Apesar do Estatuto do Índio, são os seringalistas que exploram os produtos naturais e, ainda, tentam expulsar os índios do seu "habitat". Daí as situações de conflitos entre índios, transformados em "fregueses" e os "donos" usurpadores. Nas áreas de Pauini, Lábrea e Tapauá, segundo ela, os índios levam adiante a luta mais consciente pela reconquista de suas terras, tentando bloquear a frente de expansão nacional de colonos, seringalistas, firmas de madeireiros e fazendas.

OS CONFLITOS

Além da Manada, no médio Purus, onde em 1982 os Apurinã ainda estavam concentrados, contribuem para a total miséria dessa nação, os fazendeiros e comerciantes. A Manasa, localizada frente ao seringal Catipari, conseguiu, de forma ilusória, transformar grande parte dos indígenas em mão de obra para a empresa que, em suas propagandas, prometia que as comunidades "iriam morar em casas cobertas de zinco e com sanitários". Foram centenas de índios que abandonaram suas aldeias e passaram a viver "de forma cativa", dentro da própria empresa. Para lá, deslocaram-se com toda a família, e já há três anos atrás, sem praticarem caças, pescas e impedidos de caçar já que passaram a residir na fábrica madeireira, os Apurinã eram obrigados a consumir enlatados vendidos pela própria Manasa, o que significa que "não chegavam a tocar no salário e continuavam sempre em dívida". O próprio médico da empresa, na época, que também exercia a profissão de professor daqueles empregados, chegou a medicar o antidistônico Dienpax, para um índio que estava visivelmente sub-nutrido. A empresa não permitia de forma alguma a penetração de brancos que não pertencessem a grupos empresariais.

Houve casos, inúmeros, de indígenas que conseguiam fugir

e, para não serem "pegos", escondiam-se em Lábrea. Grande parte dos Apurinã reside naquela cidade, no bairro denominado Caititu, a poucos metros da população branca, contra os quais, principalmente, por culpa dos comerciantes, há enorme preconceito. No Caititu, os índios Apurinã, em volta de quarenta pessoas, conseguiam sobreviver, ainda, levando em conta grandes aspectos de sua cultura. A irmã Cleuza Carolina, atuava junto a estes indígenas, e não cansou de fazer denúncias contra explorações praticadas contra eles.

DELIMITAÇÕES

A Funai realizou as delimitações da área dos Apurinã dos rios Seruini, Tacaquiri e Peneri, com apenas oitenta e dois mil hectares, deixando de fora a fazenda do latifundiário José Cordeiro. Outras terras, onde esses índios habitavam tradicionalmente, pertencem, agora, à Fazenda Maripuí S.A. e a latifundiários como Paulino de Almeida, José Cordeiro e Silva, Mustafa Said e Zugman. Outro comerciante cujas ações há tempos provoca revolta dessa nação indígena, é Francisco Barros, que se envolveu em inúmeros conflitos desde que os índios proibiram que ele abrisse estradas de seringas em suas terras. Ano passado, o seringal foi vendido a Evaldo Said, e, no final de julho passado, durante uma festa de brancos no local, houve a morte de uma senhora e muitos ficaram feridos, entre brancos e índios.

Até o ex-prefeito de Lábrea, José Falcão Filho, é denunciado pela irmã Cleuza Carolina, já que segundo seu relatório, a autoridade, com a morte do tu-xaua Marcolino, da área de Sapatini, passou a "intimidar os índios, querendo enviar brancos à área, para a safra de castanha, criando clima de tensão". A morte da irmã, ainda não esclarecida, oficialmente, teria sido ocasionada por problemas originados do comércio da castanha.